

“SEM UMA REAÇÃO NÃO ESTAREMOS CONDENADOS À RUÍNA?”: DA REVOLUÇÃO CONSTITUCIONALISTA AOS EMBATES DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE - RIO GRANDE DO SUL (1932-1934)

“WITHOUT SOME SORT OF REACTION, WON'T WE BE DOOMED?” FROM THE CONSTITUTIONALIST REVOLUTION TO THE CONSTITUTIONAL COUNCIL – RIO GRANDE DO SUL (1932 – 1934)

“SIN ALGÚN TIPO DE REACCIÓN, NO ESTAMOS CONDENADOS?” DE LA REVOLUCIÓN CONSTITUCIONALISTA AL CONSEJO CONSTITUCIONAL - RIO GRANDE DO SUL (1932 - 1934)

Antônio Manoel Elíbio Júnior♦

Resumo

Em 1932, partindo de São Paulo, eclodiu a Revolução Constitucionalista que se espalhou até o Rio Grande do Sul. José Antônio Flores da Cunha, interventor federal do Rio Grande do Sul, engendrou uma série de estratégias procurando assegurar seu predomínio político no estado combatendo os dissidentes e opositores do Governo Federal. Todavia, as lideranças políticas do Partido Republicano Riograndense e do Partido Libertador, arregimentadas na Frente Única Gaúcha, não cessaram as articulações contra o situacionismo político regional. Esse artigo analisa as “intrigas” políticas no cenário nacional e estadual e a recomposição das forças políticas entre os anos de 1932 e 1934.

Palavras-chave: Revolução Constitucionalista, Constituição de 1934, Política, Rio Grande do Sul.

Abstract

In 1932, starting from São Paulo, the Constitutionalist Revolution erupted, spreading itself all the way to Rio Grande do Sul. José Antônio Flores da Cunha, federal intervenor of Rio Grande do Sul, designed a set of strategies, seeking to assure his political power in the state fighting the opposers and traitors of the Federal Government. Nonetheless, the political leaderships of both the Riograndense Republican Party and the Liberator Party, united in the Frente Única Gaúcha, did not cease their articulations against the regional political situationism. This article analyses the political intrigues in the national and state sceneries and the regrouping of the political powers between the years of 1932 and 1934.

Keywords: Constitutionalist Revolution, 1934 Constitution, Politics, Rio Grande do Sul.

Resumen

♦ Doutor em História Social pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Mestre em História do Brasil pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Professor Titular da Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL) E-mail: tonyelibio@unisul.br

En 1932, a partir de São Paulo, estalló la Revolución Constitucionalista que se dispersó por todo el camino hasta el Río Grande del Sur. Antônio José Flores da Cunha, Intervieniente Nacional en el estado de Rio Grande del Sur, diseñó un conjunto de estrategias que trataban de asegurar su poder político en el estado y la lucha contra la oponentes traidores del Gobierno Federal. No obstante, los dirigentes políticos Riograndense, del Partido Republicano y del Partido Libertador, unidos en el Frente Unica Gaucha, no cesaron sus articulaciones en contra de la política regional situacionista. Este artículo analiza los complots en la política nacional y estatal, los escenarios y la recomposición de las fuerzas políticas entre los años de 1932 y 1934.

Palabras-clave: Revolución Constitucionalista, Constitución de 1934, Rio Grande del Sur.

No período que abrange a Revolução Constitucionalista em 1932 e os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte entre os anos de 1933 e 1934, o Governador do Rio Grande do Sul, José Antônio Flores da Cunha, teve uma atuação protagonista na cena política brasileira. A ação intervencionista de Flores da Cunha não esteve limitada no âmbito administrativo estadual. Antes, porém, com a fundação do Partido Republicano Liberal em 1932 (PRL) e o esmagamento das lideranças oposicionistas ao Governo de Getúlio Vargas, o governador ascende como líder político responsável pela articulação entre o Governo Federal e os líderes da Frente Única Gaúcha (FUG).

O provisório afastamento no exílio das lideranças da FUG, que debelaram a revolta no Rio Grande do Sul e apoiaram os “constitucionalistas paulistas” em 1932, não diminuiu a articulação oposicionista do Partido Republicano Riograndense (PRR) e Partido Libertador (PL). Com a convergência política entre Flores da Cunha e o Governo Provisório, as tentativas de minar e deslegitimar o poder do situacionista no estado foram frustradas. Diversas acusações contra o Governo Estadual foram encaminhadas a Vargas, procurando denunciar o “cerceamento da liberdade”, as “prisões arbitrárias”, o “empastelamento de jornais” e a “falência das garantias propostas com a República Nova”.¹

Evidências dessas perseguições políticas não faltavam no governo de Flores da Cunha. Pedindo “caráter confidencial” das denúncias, lideranças políticas do Partido Libertador da cidade de São Gabriel enviaram ao presidente do partido, em março de 1933, uma carta comunicando sobre o “grave momento que atravessa” a “folha oficial” da organização partidária. As justificativas eram claras e expressavam as arbitrariedades do Governo Estadual. Diziam os correligionários do PL que a suspensão da publicação do periódico em julho de 1932, demonstrava a intolerância de Flores quanto “a manifestação

do pensamento alheio”. Além da precariedade financeira, outro motivo que acarretava o fim do jornal O Estado do Rio Grande era a circulação do jornal “Diário de Notícias”, folha que, segundo os remetentes, se colocava como “órgão oficioso da FRENTE ÚNICA”. Naquela ocasião, em que se aproximava o período eleitoral constituinte, a preocupação do empastelamento do Diário de Notícias pelo governo estadual tornava iminente a necessidade da reabertura do vespertino “como única válvula da expansão de nosso pensamento”, afirmavam os libertadores. E mais, ressaltavam que as “garantias de nossa independência não periclitam apenas ante a indisfarçada pressão da polícia”, mas devido à “mais aflitiva opressão – a financeira”. Possivelmente, pelo fato da dívida financeira, em cerca de 92 contos de réis, ser com o Banco do Estado, Flores da Cunha utilizava essa situação para pressionar ainda mais o periódico oposicionista.²

Não são raras cartas trocadas entre Flores da Cunha e o então Ministro da Justiça, Antunes Maciel, referindo-se às medidas coercitivas do governador do Rio Grande do Sul. Nessas cartas, Flores relata ao amigo e Ministro da Justiça sua perseverança em aniquilar os inimigos políticos no estado. Temeroso quanto ao ressurgimento das lideranças políticas da FUG, Flores disseminava perseguições e acusações contra os frentistas. Todavia, esse quadro político não poderia se sustentar sem a devida legitimidade que Flores procurou conseguir junto ao Ministério da Justiça.

Uma das formas encontradas por Flores foi comunicar a Maciel suas ações políticas, evidentemente demonstrando que seu governo estaria em total conformidade com o executivo federal e o Estado democrático de direito. Mesmo denunciado insistentemente pelas oposições estaduais que questionavam a autoridade governativa de Flores, as ações e estratégias de controle político do seu governo não cessavam. Concernente a esta questão é esclarecedora uma carta enviada pelo Governador a Antunes Maciel em agosto de 1933. Dias antes desta missiva o Presidente Vargas questionava Flores sobre o “banimento” do presidente do PRR Borges de Medeiros. Com o fim de “controlar” as lideranças frentistas no estado, a medida, segundo Vargas, se executada, resultaria em “largos benefícios na conquista da ordem”.³

Em resposta ao “amigo Maciel”, Flores dizia estar preocupado com a situação de insegurança advinda com o “espírito borgista” em que estavam regressando do “front” as “forças estaduais”. Tal apreensão justificava-se, pois, segundo Flores, as tropas estaduais estariam “fallando mesmo que pretendem impor regresso e liberdade a Borges”.

A manobra política em exilar o ex-presidente do estado e líder republicano fora do país seria, porquanto, uma medida para toldar a “revanche” que “elementos republicanos e libertadores” estariam organizando.⁴

A articulação das forças de oposição, reunidas na FUG, realmente deveria suscitar em Flores da Cunha um certo constrangimento frente ao Governo Federal. É possível perceber, através da ata de reunião da Comissão da Frente Única, realizada em outubro de 1932, as tratativas em torno da vigência do Governo Provisório. O encontro que aconteceu na casa de Mauricio Cardoso, contou com a presença de Mario Amaro da Silveira, Gabino da Fonseca, Alfredo Simch e Edgar Luiz Schneider, todos representantes do PL. Esse documento permite avaliar as tentativas para o estabelecimento de um acordo consensual entre a FUG e Flores da Cunha. Para as lideranças da FUG, Flores da Cunha deveria assegurar “oficialmente as mais amplas garantias a todos os cidadãos”. Em outros termos, o que propunham os líderes oposicionistas era a instauração de um regime de liberdade política sem quaisquer restrições governamentais, em que não houvesse interdições na “manifestação do pensamento na tribuna e na imprensa”. Diante destas postulações, a reação de Flores, transcrita na ata, foi de contra-atacar, afirmando conhecer as “novas conspirações revolucionárias ao longo da fronteira”. Além disso, a estratégia do líder do PRL foi convidar Maurício Cardoso a ocupar a pasta de Secretário de Estado do Interior, onde poderia “effectivar as garantias reclamadas pela frente-única em favor da campanha eleitoral”.⁵

No final de 1932 a FUG recrudescer ainda mais a campanha eleitoral para a Assembléia Constituinte. Um panfleto-manifesto, distribuído em várias cidades do interior do Rio Grande do Sul, em dezembro de 32, reafirmava a aliança entre os dois partidos que compunham a FUG. Para a Comissão, que assinava o panfleto, o alinhamento partidário resultava de uma circunstância específica e não de um “conchavo ilícito”. A “aspiração comum” que aludia o referido documento resultava dos ideais revolucionários de “Outubro de 30”, momento de uma “campanha memorável” que não poderia ser vilipendiada. Diferente dos oportunistas que naquela ocasião ocupavam os cargos máximos da República, ao “sabor dos interesses” e “aliciados por teorias estrangeiras”, a aliança oposicionista se colocava como guardião da Revolução de 1930, “clarim da nacionalidade”.⁶

A proposta para reorganização política do Brasil, consentida entre os republicanos e libertadores, visava o retorno do país a “normalidade constitucional”. Raul Pilla, um dos líderes da FUG, em carta enviada a Mauricio Cardoso, em setembro de 1932, afirmava que, para o cumprimento desta resolução, o governo deveria ser entregue a uma Junta Governativa Nacional que marcaria as eleições e convocaria a constituinte. A Junta, a qual se refere Pilla, seria composta exclusivamente por cinco elementos civis sendo que um representante de São Paulo, um do Rio Grande do Sul, um de Minas Gerais, um do Distrito Federal e um do Norte do país. Dentre estes representantes, deveria ser escolhido um presidente que conduziria o processo eleitoral.

Porém, estas resoluções não pareciam consensuais entre as lideranças da FUG. Urbano Garcia, Secretário do Partido Libertador em Porto Alegre, em janeiro de 1933, envia uma extensa carta a Raul Pilla destacando os seguintes aspectos: congresso do partido, alistamento eleitoral, atividade revolucionária, recursos partidários. Essa missiva torna-se esclarecedora na medida em que permite-nos compreender a organização da FUG e suas ações políticas. A discussão que o missivista evidencia no documento, diz respeito prioritariamente ao programa da FUG a ser defendido na Assembléia Constituinte. Para Garcia, as irregularidades no processo de alistamento eleitoral e o exílio das principais lideranças do PL e do PRR tornavam a situação bastante delicada haja vista a “opressão do Governo de Flores”.⁷

Assim como Mauricio Cardoso, convidado por Flores a participar do governo, também o líder do PL, Assis Brasil, recebeu do Governo Federal o convite para ocupar a Embaixada Brasileira em Buenos Aires. Evidentemente a estratégia de Vargas visava à fiscalização dos exilados na capital platina, assegurando, assim, uma antecipação de possíveis articulações revolucionárias. Como relatou Urbano Garcia, Assis Brasil negou peremptoriamente a nomeação, afirmando que o governo deveria adotar uma “política de concórdia e de apaziguamento sem a qual o Brasil não terá felicidade”. Contudo, Assis Brasil, conforme a missiva de Garcia, não excluía totalmente a possibilidade de aceitar a indicação governamental, servindo como uma espécie de mediador entre a FUG e o Governo de Vargas. A solução para tal paradoxismo, afirmava Brasil, seria resolvida desde que não “implicasse em solidariedade ao governo”, mas à prestação de serviço a coletividade.⁸

Na interpretação de Urbano Garcia, essas medidas conciliatórias visavam minimizar a opressão do Governo Federal ante as organizações partidárias oposicionistas. Além disso, para se evitar rescaldos com Vargas e com Flores da Cunha, Garcia postulava a retração dos líderes exilados quanto a um movimento revolucionário que depusesse o Governo do Rio Grande do Sul. Para ele, não haveria condições de por fim ao mando de Flores, posto que o “irremediável insucesso traria resultados contraproducentes”. Por sua vez, se no âmbito estadual a FUG não dispunha de forças suficientemente capazes para destituir o governo, para Garcia, na Capital Federal, o resultado seria outro.

Quanto a um movimento fulminante no Rio, seria diferente, mas seria preciso ter certeza absoluta do êxito, e bem assim saber a quem seriam entregues os destinos da Nação, e qual a missão que deveria realizar a Junta que substituísse o atual Governo Provisório.⁹

Naquela circunstância, segundo Garcia, não havia “ambiente nem recursos para um movimento revolucionário”, restando às lideranças da FUG uma momentânea resignação pacífica. Para o missivista, Pilla deveria suscitar a parcimônia entre seus colegas exilados, do contrário concorreria para o “fortalecimento do Governo e para exterminio das oposições”. Ainda assim, mesmo acreditando que uma ação subversiva sem êxito aumentaria o terror praticado pelos governos estadual e federal com as perseguições políticas e cassações, Garcia reafirmava a necessidade das lideranças exiladas manterem-se confiantes na deposição do regime discricionário. E mais, acrescentava o missivista:

Não atribua essa nossa opinião a fraqueza ou a diminuição de nosso ardor. Estamos a lutar em qualquer terreno e qualquer arma, contanto que vejamos que da luta possa resultar de fato proveito para a causa da Democracia. Por enquanto, não vemos outro meio de luta senão o voto. Si este falhar, si se repetirem as farças eleitorais que justificaram a revolução de 30, então veremos como devemos lutar e os meios de que dispomos.¹⁰

Em outra missiva, desta vez enviada por Waldemar Rippol, político do PL exilado em Rivera, na Argentina, pode-se observar uma interpretação semelhante à analisada anteriormente. Se para Garcia, o momento obrigava cautela e paciência, para Rippol era preciso sufocar as “pequenas amarguras, as incompreensões transitórias.” A carta, endereçada a Raul Pilla, João Neves da Fontoura, Baptista Luzardo e Lindolfo Collor, considerava que a distância dos acontecimentos políticos poderia gerar avaliações equivocadas e apressadas. Assim como Garcia, Rippol dizia que quem possuía a “casa

em ordem” não arriscaria “cartadas” inconseqüentes. A metáfora era clara e contundente, pois alertava as lideranças políticas da FUG quanto à reação do governo federal à sublevação das forças de oposição. Na avaliação de Rippol qualquer medida revolucionária da FUG teria como resultado imediato um “movimento de proporções violentas”. Ao mesmo tempo em que percebe o limitado campo de operação da FUG, Rippol não esmaece sua tenaz crítica ao governo federal.

Parece que nenhum Estado como o R. G. S. deve, ter, como imperativo de sua vida e de seu futuro, o anseio de reabilitação. 30 foi a sua ação, 32, a sua palavra. Falhou a primeira pela insinceridade dos homens. Falhou a segunda pela miserável traição. Em ambas, porém, falhou o R. G. S. Golpeado foi o apanágio de uma história; morta a confiança na sua política e, por obra dela, assim o dirá a posteridade, a violência, o nepotismo, o roubo, e o dinheiro do paíz para transações criminosas enquanto o estancamento de negócio, a desconfiança e a miséria assolam e corrompem as classes.¹¹

A luta política engendrada nos movimentos de 1930 e 1932 havia falhado. Portanto, seria preciso considerar outras estratégias para suprimir o “caos” em que estava mergulhado o país. Embora para Rippol as circunstâncias nacionais tivessem criado um ambiente de profunda confusão e violência, na esfera estadual a situação lhe parecia ainda mais sombria. Numa representação bastante explícita da adversidade política a qual vivia o Rio Grande do Sul governado por Flores da Cunha, encontra-se ainda, nesta missiva, a percepção de traição aos “verdadeiros princípios da Revolução de 30”. Esta situação resultava, segundo Rippol, de inúmeras prisões, “seqüestro de adversários, internações, vexames de toda ordem”. Para o político opositor, o estado havia sido transformado num “vasto presídio ou senzala”. A discussão que o cenário político suscitava no autor da missiva levava-o aos seguintes questionamentos:

O florismo é uma barbárie nova. (...) Nossos maiores expoentes presos ou exilados, nossos partidos amordaçados. Sem uma reação não estaremos condenados à ruína? Trabalhar, ainda que somente no R. G. S., por uma reação armada será uma previsão?¹²

Contudo, não havia, evidentemente, certezas quanto aos desdobramentos da política nacional. Os embates que a FUG travava para o retorno do país à legalidade constitucional não garantiam uma interpretação precisa sobre sua sobrevivência partidária. Além disso, essas representações construídas por políticos da oposição estadual evidenciam a defesa de seus interesses para a continuidade da luta política e para a recuperação do poder estadual. A animosidade na carta demonstrava não haver a possibilidade de resolução sobre as contundentes divergências que estavam se

constituindo entre Flores e a FUG. Para o libertador, apesar da “intensidade centralizadora” do governo federal, esta seria transitória e logo as eleições presidenciais alternariam o jogo político nacional. Desta forma, o confronto direto da FUG com Flores da Cunha parecia inevitável para a retomada do predomínio dos cargos político-administrativos no governo. Entretanto, temia o missivista, a situação “ estadual se há de prolongar por decênios”.

Flores é o caudilhismo. Os expoentes do seu partido são caudilhos boçais, homens que jamais entregarão posições por simples votos ou quaisquer processos morais. É, pois, a mononera consolidada, a tirania em marcha, a opressão constante de nossas populações.¹³

Se a transitoriedade do governo federal suscitava certa tranqüilidade na interpretação de Ripoll, o “caudilhismo” reinante no governo de Flores contrariava diretamente os interesses da FUG. A avaliação de que as posições administrativas na máquina do governo estadual jamais seriam entregues significava o afastamento definitivo do PL e do PRR dos postos chave do governo e da arena política do Rio Grande do Sul. A ameaça em não mais recuperar posições políticas e governamentais parece constituir o leitmotiv das ações conspiratórias da FUG. Portanto, é possível supor que a “tirania em marcha” do governo de Flores criava expectativas de medo, decepções e raiva que se misturavam com esperanças, preconceitos e ilusões. Nesse sentido, as considerações de Vavy Pacheco Borges, ao analisar os políticos do PD e do PRP, entre os anos de 1930 e 1932, são elucidativas na medida em que, para a autora, as avaliações e as imagens fazem parte concreta do jogo político. Para Borges, “os medos e os preconceitos influem por vezes decisivamente nos modos pelos quais os indivíduos assimilam os impasses nas relações entre os grupos.” (BORGES, 1992, p. 179)

As articulações conspiratórias não cessaram mesmo com amordação aos partidos políticos do Rio Grande do Sul e com o exílio de suas principais lideranças. De Buenos Aires e Rivera João Neves da Fontoura, Lindolfo Collor, Baptista Luzardo e Waldemar Ripoll mantiveram comitês políticos organizados em torno da continuidade da oposição.¹⁴ As estratégias deliberativas determinavam medidas administrativas e procuravam aliciar militares da Brigada Militar e do Exército para compor e endossar uma “lucta contra a dictadura”.¹⁵ Além disso, para a supressão do regime “dictatorial” tornava-se fundamental a “coleta de dinheiro” e um plano de ação dividido em 5 pontos:

1º divisão do Estado em doze zonas; 2º nomeação, para cada zona de atuação, de um libertador e um republicano, e elementos do exército e brigada onde for possível, para a direção; 3º cada sede atuará num determinado número de municípios (já discriminados); 4º as informações serão todas canalizadas para o centro de Rivera; 5º por meio desse processo far-se-á o plano geral (possibilidades de ordem político-militares e financeiras).¹⁶

Antecipando-se à reunião dos líderes da FUG, que seria realizada na fronteira do estado na cidade de Rivera, Flores da Cunha prescreveria a Maciel suas diretrizes políticas. Mostrando-se preocupado com o desfecho do conluio entre João Neves da Fontoura, Raul Pilla, Lindolfo Collor, Maurício Cardoso, Baptista Luzardo e Borges de Medeiros, Flores afirmava com exatidão que tais líderes pretendiam fundar em Rivera um jornal para “articular contra o governo”. Na capital Porto Alegre a possibilidade dos frentistas encamparem o maior jornal do estado A Federação era afastada, pois, dizia Flores, “se Maurício tentar dirigir Federação, farei occupal-a pela força, transformando-a em Diário Oficial do Estado- estou resolvido ir até a violência”.¹⁷

Mesmo dispersos e afastados da arena política nacional, diversas lideranças da FUG mantiveram inequívoca articulação que tramitava através de uma intensa troca de cartas. De Buenos Aires, por exemplo, João Neves da Fontoura, em maio de 1934, escreve a Lindolfo Collor uma extensa missiva comentando sobre a “situação no Brasil” que, segundo ele, “aggravava-se de maneira rápida”. O missivista reconhecia que seu “trabalho epistolar” era árduo, dividido entre as horas que se dedicava a “dar aulas de inglês”. Talvez, por conta dos acontecimentos políticos que lhe atraíam ao comentário e a crítica, o missivista, de Buenos Aires, somente no ano de 1934, enviou aos correligionários e amigos da FUG 89 cartas.

O relato seguia perfilando detalhes da dinâmica política e a “mobilização impressionante” promovidas por Flores a quem ele chamava de “cartolina”. O “cartolina”, conforme Fontoura, “já invadiu praticamente os domínios do Aristiliano (Ramos – Interventor de Santa Catarina).” Fontoura parecia demonstrar uma certa congratulação ao se referir à possibilidade de insubordinação ou revolta no Exército da 3ª Região devido às investidas postuladas por Flores em comandar as forças federais sediadas no estado. Todavia, garantia Fontoura ao “Caro amigo Collor”, as “guarnições estão com o Góes, mesmo aquelas que o reprobro conta como próprias”. As medidas intervencionistas do “reprobro”, como Fontoura chamava Flores da Cunha, constituíam, segundo o líder

frentista, a questão que poderia minar a própria legitimidade do interventor e açodar sua relação com os militares. E mais, afirmava Fontoura:

A coisa chegou ao auge com a recente nota do cartola, dizendo 'Estou apto para manter a ordem dentro e fora do Rio Grande!' Não pode ser maior a audácia. A réplica não tardou. Góes escreveu um cartão ao gg, em nome do exército, dizendo que este considera as atitudes do cartolina 'offensivas e provocadoras'. Textual. O resto.... está no forno. V. sabe que há uma coisa no Brasil definitiva – o sentimento de classe no exército. Ele se tem revelado em coisas até privadas: um tenente leva no interior uma descompostura de um jornal, e o batalhão sai para rua para vingar a affronta. Os factos são aos milhares, inclusive Apulchro de Castro. Pensa V. que o gesto do cartolina não tenha commovido a classe até as fundações? Certo que sim. O essencial é que o dilema se imponha ao gg – ou o exército ou o cartolina?¹⁸

As assertivas da carta-relatório de Neves da Fontoura, eivadas de ressentimento e rancor, manifestam o desejo de vingança.¹⁹ A oportunidade que se oferecia para um possível golpe era incendiada pelo missivista que ponderava sobre a colisão dos objetivos entre Góes e Flores. Neves da Fontoura dizia, em tom profético, estar diante do “desmantelo final” e questionava: “quando o primeiro pedir a cabeça do segundo como acto desaggravo” se mostrará no horizonte uma “vista esperançosa”. A conspiração ia mais longe e chegaria ao golpe final quando o exército, sob a liderança de Góes, lideraria a “queimação do gg”. A providência conspiratória entre as lideranças da FUG entre os quais: Baptista Luzardo, Maurício Cardoso, Borges de Medeiros e Lindolfo Collor, e setores do exército para depor Getúlio Vargas, dissipava-se em dúvidas e incertezas. Mesmo alertando o amigo para estar de “malas semi-fechadas” posto que, a “solução” iminente estaria “por três semanas no máximo”, a “victória que despontava no horizonte” se convertia na seguinte dúvida: qual seria a “feição moral e política do Brasil?”²⁰

De fato, este enfrentamento político entre Flores e o então Ministro da Guerra, Góes Monteiro, chegava às raias da alta tensão. Se por um lado Flores comunicava a Vargas a iminente conspiração, Góes articulava seus regimentos e substituía o comando dos batalhões no estado do Rio Grande do Sul. Nas cartas enviadas a Vargas, Flores alertava-o sobre as manobras de Góes Monteiro e procurava dissuadir o presidente a agir “mesmo em armas” contra “os conturbadores da ordem”.²¹

Outra acusação que recaía constantemente sobre Flores era a de prisões arbitrárias. Presos no Rio Grande do Sul e deportados para a capital federal, Fausto de Freitas e Ernesto Fontoura Rangel escrevem, em 21 de julho de 1933, ao chefe da polícia Felinto Muller, pedindo explicações sobre o episódio. Segundo o advogado Fausto

Freitas, a prisão foi uma ação por ordem de Flores da Cunha. Após chegarem na capital, os prisioneiros foram interrogados e seus endereços ficaram à disposição da repartição policial. Evidentemente, tratava-se de uma medida coercitiva engendrada conjuntamente entre o chefe de polícia da capital e o governador Flores da Cunha. A indignação expressa na carta questionava as declarações na imprensa do governo do Rio Grande do Sul, ao afirmar que “não havia presos políticos no estado” e que “estavam abertas as fronteiras para quantos a ele quisessem regressar”. Ainda que a declaração de Flores visasse demonstrar à opinião pública o não cerceamento das liberdades políticas, Fausto Freitas denunciava na carta, a supressão da legalidade. A alegação ao chefe de polícia procurava evidenciar a injustiça cometida, pois, segundo Fausto, nenhuma acusação constava na chefatura de polícia de Porto Alegre, o que tornava “muito estranho” o “constrangimento à liberdade” e o sofrimento com a ação desmedida do Governo Estadual. Todavia, procurando minimizar as críticas e as acusações às “autoridades públicas”, Freitas recorria ao esclarecimento da situação, “convencido de que deve ter havido, no Ministério do Interior ou na Chefatura de Polícia, algum esquecimento” do qual não “culpava ninguém.”²²

Evidentemente, mesmo no tom cordato com que escreveu a carta, Freitas não demonstrava resignação ou comedimento ao pedir explicações a Felinto Muller. Antes, depreendemos que tal característica resultava do conhecimento do advogado de que a chefatura de polícia do Rio de Janeiro estava no âmbito da rede de compromissos e influências do governador Flores da Cunha.

Ainda que as acusações denunciadas contra o Governo Estadual não ocasionassem um irreversível prejuízo político a Flores da Cunha, o clima de suspeição ilustra como as disputas eleitorais, em nível local, uma vez inseridas na rede de compromissos políticos federais, podiam causar embaraços à legitimidade do seu governo. A sedição dos inimigos políticos do governador, constantemente denunciada ao Ministro da Justiça e mesmo ao Presidente da República, demonstram os atritos com os quais Flores se deparou e procurou dissipar com a prisão dos líderes frentistas, empastelamento de jornais, impugnação e cassação de direitos políticos e uma intensa propaganda eleitoral. Ao problematizar estas situações conflitantes e divergentes, as considerações de Yves Déloye são esclarecedoras na medida em que, para o autor, estudar as “transformações sociais e políticas e o papel que cada indivíduo pode

desempenhar”, permite ao historiador, utilizando-se “de noções de trajetória e de estratégia”, investigar os “elementos heterogêneos e contrários” que perfazem o espaço político. (DÉLOYE, 1999, p. 37)

Mesmo dispondo de um certo prestígio junto ao governo federal, Flores foi interpelado por Getúlio sobre aquelas prisões no Rio de Janeiro e também de Aristides Bitencourt, Ariosto Pinto Pacheco Prates, Waldemar Masson Sisson, Amadio Duarte, Maximo Santos, Orlando Carlos e mais 12 outros da cidade de Cachoeira. Na cidade de Camaquã foram presos Armando Prates, João Beck Candido Carneiro, Álvaro Leitão, Armando Carneiro e, segundo Vargas, “outras pessoas graduadas da frente única”. Vargas questionava Flores sobre o “rumo” a que foram destinados os presos e cobrava do governador a imunidade de delegados de partidos²³.

A mediação de Vargas não poderia ser desconsiderada pelo governador devido a publicação de artigos publicados no jornal A Federação atribuídos ao mando de Flores da Cunha, “ameaçando adversários políticos de fuzilamento”. Além disso, a interferência de Vargas, solicitada por Raul Pilla, Baptista Luzardo e Firmino Torely evidencia a estratégia do Governo Provisório em reafirmar sua posição de instância inquestionável do poder decisório. Segundo os líderes frentistas, assim como as prisões, o assassinato do “bravo companheiro Ismael Pereira” na cidade de São Sepé ilustrava a ação violenta do Governo Estadual. “É o próprio governo quem está perturbando a ordem com medidas terroristas e notícias inverídicas” reclamavam os líderes frentistas. Esse artifício textual deveria sensibilizar Vargas, pois lhe atribuía a responsabilidade por conduzir uma “eleição honesta” à Assembléia Constituinte.²⁴

A resposta de Flores não tardou. Por telegrama ele incisivamente afirmava a Vargas que não existia “atualmente dentro do Estado nenhum preso por motivo político”.²⁵ Além de contar com uma certa conivência do Ministro da Justiça e do Governo Provisório, Flores atuava com relativo alinhamento com as forças militares do Estado. Efetivamente, apesar de estar subordinado ao mando de Vargas, Flores da Cunha procurou converter para o governo do Rio Grande do Sul todas as atribuições do comando militar. Por carta em junho de 1933, Antunes Maciel figurava como mediador entre Flores e Vargas. Na missiva podemos perceber as investidas de Flores em assegurar seu poder e controle sobre os regimentos, tanto do Exército como da Brigada Militar Estadual. Dizia Maciel:

Presidente agradece teus amistosos avisos, contente por saber-te firme e disposto. Sobre o 5º R. C. I. providenciará a transferência para seu controle. Sobre Leopoldo, vai encaminhar, com simpatia, embora esteja assentado que na primeira promoção tenham preferência aqueles que combateram. Osvaldo churrasqueou hoje com Orestes e outros oficiais do 2º Batalhão, encontrando-os todos a disposição de continuarem sendo mantenedores da ordem. Presidente aprova tuas declarações sobre Federação. Acrescenta que confia muito em ti, dizendo que tens o segredo dos golpes oportunos. Nenhuma novidade... Abraços extensivos a Tito, Chico, demais companheiros.²⁶

Essas demonstrações de contrariedades do governo de Flores procuravam, ao mesmo tempo, criar rugas entre aquele e Vargas e aproximar a FUG ao Governo Provisório. Em janeiro de 1933, ciente de que as “intrigas” e “desavenças” das lideranças da FUG procuravam minar a relação do interventor do Rio Grande do Sul com o Governo Provisório, Antunes Maciel afirmava, por carta, que “ainda desta vez, o espírito de intriga não vingará”. Maciel alegava a Flores, desqualificando as lideranças da FUG, que os “chamados ‘tenentes’, que têm por si mais a fama do que outra cousa, -- agora o verifico, neste contato diário – te querem bem”.²⁷ A tentativa de Maciel, arguindo uma conciliação entre Flores e o líder da FUG João Alberto, demonstrava o emaranhado político ao qual o interventor riograndense estava envolvido. Maciel afirmava que através de um “caloroso e categórico” telegrama, escrito em seu gabinete, João Alberto dava provas de uma “ação harmônica” entre a FUG e o PRL. E mais, ironizava o Ministro da Justiça, “com que cara ficarão os intrigantes, depois de tudo isso?” Todavia, Maciel descartava a consagração de uma ordem política nacional inquestionável, escrevendo que “apenas o enigma de S. Paulo tolda os horizontes, sempre”.²⁸

Oswaldo Aranha, também por telegrama, demonstrava preocupação com as articulações da FUG, principalmente em relação às notícias veiculadas nos periódicos. Em março de 1934, por exemplo, Aranha escreveu a Flores negando as acusações de conspiração e traição ao Governo Provisório publicadas no jornal O Estado do Rio Grande. Na mensagem ao “Cordial Amigo Flores”, Aranha, em contundente manifestação de repúdio ao periódico, afirmava:

(...) atribuem-me a idéia de reunir 60% das forças políticas para agir. Isso é obra de algum cérebro enfermico ou de algum patife dos tantos que se mostram nestas horas. Não há no Brasil um homem de bem capaz de imaginar essas infâmias que ahi foram publicadas como se daqui tivessem sido enviadas²⁹.

As assertivas de Aranha, procurando conciliar e harmonizar a relação entre o poder federal e estadual, não eram isoladas. Embora o situacionismo político nacional

conseguisse estabelecer censura à imprensa, diversas notas questionando a legitimidade do governo de Flores foram publicadas. As intrigas se espalhavam da Câmara dos Deputados às redações de jornais minando o comando de Flores e que, em resposta, criava uma rede de informantes designados a delatar os inimigos. Até mesmo seu irmão, Antunes Cunha, era informado sobre as articulações e movimentação da imprensa na capital federal. Em junho de 1934, por exemplo, o redator do jornal Correio envia a ele, do Rio de Janeiro, um recorte de uma matéria publicada no jornal A Nação cujo título era “Coisas incompreensíveis”. Segundo o missivista a imprensa carioca não se “descuidava em fabricar intrigas” e era preciso que Flores, com seu “coração sempre tão cheio de bondade e perdão”, tivesse “em mente, (...) quaes são os seus verdadeiros amigos na imprensa carioca.” Esses “patifes”, afirmava o redator, “não são dignos de perdão mas, de desprezo”. A justificativa da admiração e reconhecimento de Flores pelo informante carioca seguia de forma elogiosa na carta:

O general que se tem revelado um político de larga visão, torna-se dia a dia, mais senhor da situação, pelo despreendimento ao poder e ao patriotismo com que interfere nas horas difíceis para a República e bem do país.³⁰

A matéria do ‘A Nação’ questionava as manobras do comando de Flores e colocava em dúvida a sua efetiva autoridade sobre a bancada dos deputados riograndenses na Assembléia Constituinte. O campo político do interventor, segundo a folha, estaria em choque com os interesses partidários e facciosos, institucionalmente refletidos no Parlamento. O “charco lodoso” da Constituinte, onde chafurdavam as veleidades pessoais, afirmava o editorial do jornal, “arrastava a sociedade à instabilidade institucional e à conseqüente desorganização política”. A dúvida que pairava sobre a situação política de Flores resultava, segundo o periódico, no “cotejo entre os passos dos representantes do Rio Grande do Sul, aqui na Assembléia, e os principais defendidos pela folha do Partido Liberal A Federação”. As diatribes programáticas teriam colocado em atrito o comando estadual com os representantes constituintes,

(...) delatando uma divergência que não queremos classificar de insanável, mas que é sem dúvida inquietante e evidente, entre o interventor, ou o partido, se preferirem e os representantes eleitos da mesmíssima agremiação política. Que essa divergência flagrante, e outras mais profundas até, se fizessem sentir na intimidade do partido, nos recessos da bancada, atrás dos reposteiros do palácio da interventoria, em nada apresentaria o facto de anormal, limitado a essas zonas, familiares da actividade secreta ou escondida da política dos homens e dos partidos. (...) O que porém fundamenta todas as estranhezas é a publicidade do antagonismo

entre o partido e a bancada, estranhezas maiores quanto é pacífico o sentimento da tradicional disciplina da política riograndense, da oficial, sobretudo.³¹

Também do Rio de Janeiro o deputado João Machado Coelho escreveu a Flores noticiando a mobilização da oposição frentista. Segundo Machado Coelho, o interventor deveria manter-se alerta com as declarações de Luzardo e Cardoso que estavam empenhados em corroer a “ordem institucional”. A contestação desses líderes frentistas a Flores da Cunha poderia estar colocando o país a caminho da subversão do progresso, posto que “suas veleidades pessoais e suas desqualificações morais” reabririam o predomínio das incertezas políticas, adiantava Machado Coelho ao “Caro Amigo”. Segundo Coelho, Luzardo objetivava colocar cizânia no campo de atuação política do interventor, pois recentemente havia declarado na Bahia não “ter medo” das supostas ameaças de Flores advertindo a oposição com a força militar de “30 mil provisórios”.³² E disparava contra Luzardo dizendo: “o homem parece bezouro - ronca como um damnado”. Coelho ainda alerta Flores quanto aos expurgos e contestações de Maurício Cardoso escrevendo que este lhe “causava medo” em face às declarações de que “não compareceria ao pleito se não modificassem ou substituíssem o interventor e os prefeitos do Rio Grande!” E concluía “(...) o rapazinho tem topete”.³³



REFERÊNCIAS

BORGES, Vavy Pacheco. **Tenentismo e revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

DÉLOYE, Yves. **Sociologia histórica do político**. Bauru: EDUSC, 1999.

Notas:

¹ Encontramos entre 1931 e 1934 73 missivas escritas pelas lideranças da FUG, que acusavam Flores da Cunha de conduzir o governo e a política partidária no Rio Grande do Sul de forma extremamente truculenta e mesmo subversiva na medida em que impunha normas ilegais e as aplicava violentamente.

² Carta de Firmino Doretty e Edgar Briz ao Presidente do Partido Libertador, 25-03-1933.

³ Carta de Getúlio Vargas a Flores da Cunha, 19-08-1933.

⁴ Carta de Flores da Cunha a Antunes Maciel, 12-04-1933.

⁵ Ata da Sessão de 29 de Outubro de 1932.

⁶ Panfleto da Frente Única de Alegres, 14-12-1932.

⁷ Carta de Urbano Garcia a Raul Pilla, 18-01-1933.

⁸ Carta de Urbano Garcia a Raul Pilla, 18-01-1933.

⁹ Carta de Urbano Garcia a Raul Pilla, 18-01-1933.

¹⁰ Carta de Urbano Garcia a Raul Pilla, 18-01-1933.

¹¹ Carta de Waldemar Rippol a Raul Pilla, 13-10-1933.

¹² Carta de Waldemar Rippol a Raul Pilla, 13-10-1933.

¹³ Carta de Waldemar Rippol a Raul Pilla, 13-10-1933.

¹⁴ Sobre a trajetória política de Lindolfo Collor consultar GRIJÓ, Luiz Alberto. Apóstata do Germanismo ou Alemão arrivista: a trajetória de Lindolfo Collor até a Revolução de 1930. In.: Revista Anos 90, Porto Alegre, nº. 15, 2001/2002, pp. 25-35. Do mesmo autor consultar Origens sociais, estratégias de ascensão e recursos dos componentes da chamada “*geração de 1907*”. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Ciência Política da UFRGS, 1998.

¹⁵ Carta de Anacleto Firpo a Raul Pilla, 30-09-1933.

¹⁶ Carta de Waldemar Ripoll a João Neves da Fontoura, Lindolfo Collor e Baptista Luzardo, 21-06-1933.

¹⁷ Carta de Flores da Cunha a Antunes Maciel, 21-08-1933.

¹⁸ Carta de João Neves da Fontoura a Lindolfo Collor, 01-05-1934.

¹⁹ O estudo das “*sensibilidades e ressentimentos políticos*” tem sido objeto de recentes investigações. De acordo com Pierre Ansart, ao nos depararmos com esta questão, devemos estabelecer um rigor metodológico no sentido de perceber como se constituem as relações entre os afetos e o político, entre os sujeitos individuais em sua afetividade e as práticas sociais e políticas. O autor também não vê a possibilidade de perceber os ressentimentos sem que se leve em consideração os rancores, as invejas, os desejos de vingança e os fantasmas da morte, pois talvez sejam estes os sentimentos e representações designados pelo termo ressentimento. Com isto, imaginamos que o autor queira dizer que tais sentimentos expressam e revelam os ressentimentos. Assim como nas cartas do líder frentista Neves da Fontoura, também percebemos que em outras missivas de outros líderes frentistas, exilados ou “afastados” impositivamente da arena política, predominam além do ódio, uma experiência continuada de “*impotência rancorosa*”. A troca epistolar, nesse sentido, serviria como uma exteriorização dos ressentimentos. Assim, concordamos com Ansart quando afirma que o ressentimento manifestado cria uma solidariedade afetiva, que pode extrapolar as rivalidades as diferenças internas, permitir a reconstituição de uma coesão “*de uma forte identificação de cada um com seu grupo*.” ANSART, Pierre. História e Memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella, NAXARA, Márcia, In: Memória e (res) sentimento, Campinas: Ed. Unicamp, 2001.

²⁰ Carta de João Neves da Fontoura a Lindolfo Collor, 01-05-1934. Sublinhado do autor.

²¹ Carta de Flores da Cunha a Getúlio Vargas, 08-04-1934.

²² Carta de Fausto Freitas a Felinto Muller, 21-07-1933.

²³ Carta de Getúlio Vargas a Flores da Cunha, 19-04-1933.

²⁴ Carta de Raul Pila, Baptista Luzardo, Firmino Torely a Getúlio Vargas, 18-04-1933.

²⁵ Telegrama de Flores da Cunha a Getúlio Vargas, 19-04-1933.

²⁶ Telegrama de Antunes Maciel a Flores da Cunha, 16-06-1933.

²⁷ Vavy Pacheco Borges investigou o aparecimento desta expressão “*tenentes ou tenentismo*”. Segundo a autora, “*os políticos paulistas, violentamente atacados pelos ‘outubristas’ ou ‘revolucionários’ em geral e pela LR em especial, respondem com outra forma de ataque. São os órgãos da imprensa associada ao PD que chamamos de ‘imprensa democrática’, ou seja, o Diário Nacional, O Estado de S. Paulo e o Diário Carioca que, em função do imediatismo da luta e da sobrevivência partidária, apresentam falas e atitudes as quais inventam novos agentes históricos designados por ‘tenentes’, cujas ações são apresentadas como constituindo o ‘fenômeno do tenentismo’. Essa invenção ou construção, verdadeira estratégia de luta, mas não planejada a priori, aparece no calor da luta e se revela bastante eficaz; e sendo assim, é deliberadamente intensificada. É desse embate político estadual e de seu imbricamento na política nacional que emergem ‘o tenentes’ e o ‘tenentismo’*”. BORGES, Vavy Pacheco. op. cit. p. 145.

²⁸ Carta de Antunes Maciel a Flores da Cunha, 18-01-1933.

²⁹ Telegrama de Oswaldo Aranha a Flores da Cunha, 01-03-1934.

³⁰ Carta de Adolfo Pinto a Antunes Cunha, 19-06-1934.

³¹ Jornal A Nação, 19-06-1934.

³² Segundo Murray Edelman o espetáculo constituído pelas notícias sendo repassadas continuamente constrói e reconstrói problemas sociais, crises, inimigos e líderes e assim cria uma sucessão de ameaças e reafirmações. Estes problemas construídos e as personalidades povoam o conteúdo do jornalismo político e os dados para estudos analíticos históricos e políticos. Eles também, segundo o autor, desempenham um papel central em ganhar apoio e oposição para causas e planos políticos. Conforme advertiu Edelman os eventos e as notícias jornalísticas são notadas e significadas dependendo da situação do observador e linguagem que reflete e interpreta estas situações. EDELMAN, Murray Jacob. Constructing the political spectacle. Chicago: Chicago University, 1988, p. 12.

³³ Carta de João Machado Coelho a Flores da Cunha, 16-09-1934.

